



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Letras e Artes
Faculdade de Letras

BRASILEIROS MESTIÇOS E DEGENERADOS:
DE PISO A FREYRE

Adryele Maria Gomes de Oliveira Duarte

Rio de Janeiro
2019

ADRYELE GOMES
DRE 115034413

BRASILEIROS MESTIÇOS E DEGENERADOS:
DE PISO A FREYRE

Monografia de Conclusão do Curso de Licenciatura em Letras (Português - Literaturas) submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof. Doutor Henrique F. Cairus

RIO DE JANEIRO

2019

MONOGRAFIA de LICENCIATURA

GOMES, Adryele Maria. Brasileiros mestiços e degenerados: de Piso a Freyre. Monografia de Licenciatura em Letras. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Orientador: Prof. Doutor Henrique Cairus

Examinada por:

Prof. Doutor Henrique Cairus (Dep. Letras Clássicas - UFRJ) Nota: _____

Profa. Doutora Beatriz de Paoli (Dep. Letras Clássicas - UFRJ) Nota: _____

Profa. Doutora Tatiana O. Ribeiro (Dep. Letras Clássicas - UFRJ) Nota: _____

Nota final: _____ (_____)

O orientador

Prof. Doutor Henrique F. Cairus (Siape: 1172467)

SUMÁRIO

	página
1. Introdução	5
2. Piso e o primeiro Brasil brasileiro	9
3. Gilberto Freyre versus Paulo Prado: antípodas da miscigenação	16
4. Conclusão	24
5. Bibliografia	26

1. Introdução

Esta Monografia é resultado de uma pesquisa cujos primeiros passos remontam à Iniciação Científica, no seio do Programa de Estudos em Representações da Antiguidade, sediado nesta Faculdade. O primeiro motor da pesquisa foi o gosto, então ingênuo, pela escrita límpida, bela, generosa e erudita de Gilberto Freyre, especialmente na obra que me caíra às mãos, *Casa Grande & Senzala*.

A forma agridoce com a qual Freyre tratava a miscigenação, o papel social da libido na formação étnica do povo foi levantando questões sucessivas e, assim, a curiosidade foi tomando contornos de pesquisa, à medida que o pensamento ia encontrando teoria; a teoria, método; o método, metodologia.

A primeira questão que se impôs foi relativa à necessidade de localizar a voz de Freyre, colocá-lo na cena e, assim, rapidamente a cena se fez protagonista e personagens foram exigindo apresentação.

Os prazos e compromissos impuseram recortes que, por sua vez, impuseram justificativas a partir de objetivos que iam se redesenhando. Foi assim que o texto do próprio Gilberto Freyre me indicou um tema e um reinício: a história do imaginário da raça e do clima como determinantes do caráter dos brasileiros.

Gilberto Freyre adverte seu autor acerca da importância para história cultural do Brasil do arquiteta da corte de Nassau, Guilherme Piso, uma figura histórica bem situada no Século XVII, cujas relações pessoais com René Descartes já instigou a inventividade literária de Paulo Leminski, no seu *Catatau* (1975). Obra em que imagina a quase verídica vinda de Descartes às terras que hoje reconhecemos como o sofrido território ocupado por aviltada Nação.

É, contudo, razoável que as figuras do Brasil Holandês, tão profundamente estudado por José Honório Rodrigues, figurassem na obra de alguém como Gilberto Freyre, cuja biografia acidentalmente reproduz esse ramo das raízes do Brasil. Qual os neerlandeses, elementos fundamentais na formação cultural e étnica do povo brasileiro (mormente no Recife), Gilberto Freyre nasceu em berço protestante, e teve de digladiar com a hegemonia católica de matiz jesuítica. Desse embate, contudo, apreendeu a devotar o interesse nem a um nem a outro, mas ao próprio embate,

Freyre emprestou a esse embate a doçura que era, antes de tudo, sua. Viu-lhe um desfecho que lhe pareceu tão peculiar que merecia mais e mais a investigação a partir do método que lhe foi apresentado por Franz Boas, mas que foi também radicalmente vertido para aquilo que ele reconhecia como a cultura brasileira e que Sérgio Buarque de Holanda tão bem traduziu por “raízes do brasil” dando esse título à sua obra magna, lançada em 1936, numa coleção dirigida por Freyre, sob a sombra do estreito círculo de intelectuais que se formara em torno de José Olympio, no prédio modernista da Rua Marquês de Olinda.

Em outro setor da intelectualidade brasileira, na difícil era de Vargas, circulava José Honório Rodrigues, ínclito historiador, que se inscreveu de forma definitiva no cenário letrado brasileira. Em 1940, em coleção dirigida por ninguém menos do que o próprio Sérgio Buarque de Holanda, José Honório descortina o novo horizonte assinalado por Freyre e ratificado por Sérgio Buarque, e, assim vai ao prelo a *Civilização holandesa no Brasil* (1940). O impacto da obra foi tamanho que alçou a figura de seu autor à mais antiga agremiação acadêmica de nossa Nação, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), da qual tornou-se membro efetivo, desde 1948 (com onze anos de formado!), e esse ingresso renunciou seu ingresso no rol dos imortais da Academia Brasileira de Letras, vinte anos depois, onde, por mais vinte anos, ocuparia a cadeira número 35.

Interessa a essa pesquisa, no entanto, a passagem de José Honório pelo Instituto Nacional do Livro (INL), do qual foi diretor por doze anos, ou, mais precisamente, entre 1946 e 1958). Este historiador levou ao prelo a tradução da *História natural e médica da Índia Ocidental*, por ele encomendada a Mário Lobo Leal, iminente filólogo. A obra, que reúne 5 livros, é fruto da expedição de Guilherme Piso em Pernambuco de 1637 a 1644, período em que atuou como arquiata da corte de Maurício de Nassau.

Essa é uma história que tem em Guilherme Piso personagem de destacada importância, e esta monografia aponta as evidências que justificam a primazia desse autor neerlandês do século XVII na construção do imaginário do brasileiro a partir de uma visão pautada no determinismo climático. E a observação dessas evidências, **do ponto de vista de sua produção**, parte da leitura de sua obra *História natural e médica da Índia Ocidental*, que apresenta um *êthos*¹ determinado pelo clima afável brasileiro (tendo como ponto de referência o Recife de Pernambuco).

Do ponto de vista da recepção e adoção desse imaginário trabalhado por Piso, foi José Honório Rodrigues e Gilberto Freyre que reconheceram primeiramente tal trajetória, descrevendo, com abordagens bem distintas mas não antagônicas, o processo de retorno e assimilação ou adoção, parcial ou não, de um *êthos* projetado no brasileiro, e tal projeção foi capaz de atingir a oficialidade dos livros didáticos e das análises várias sobre o Brasil até, pelo menos, o terceiro quartel do século XX.

Foi esse Brasil do trágico século XX que viu o surgimento de uma obra inquietante. O momento de sua publicação era notoriamente oportuno: as teses eugenistas de duas décadas, consolidadas e devidamente assimiladas na academia, através da arqueologia, da filologia e da biologia (todas evolucionistas), se encontravam com a filosofia e tal amálgama noético ensejava o surgimento de certas obras que lhes fosse síntese ou aplicação.

Assim, na década de vinte, algumas obras trouxeram, já como produto processado, certas ideias que, em pouquíssimos anos (década de 30) receberiam condigna e devida resposta acadêmica.

Na vaga da conformidade em relação ao nefando ideário da década de vinte, navega, no Brasil, rumo aos totalitarismos eugênicos a obra de Paulo Prado uma obra inquestionavelmente baixa do ponto de vista intelectual, se comparada com as interpretações do povo brasileiro imediatamente posteriores, mas que redundou em consequências gigantescamente deletérias.

A obra de Paulo Prado, conquanto hoje eticamente muito questionável, foi em tudo um paroxismo brasileiro das ideias que regeram grande parte de um ideário presente tanto no primeiro Getúlio Vargas quanto na obra de Lobato, tendo sido posteriormente considerada tão

¹ O termo *êthos*, usado de acordo com CAIRUS (2018), tem aqui um emprego distinto do termo *ethos*, referente ao uso que lhe dá Análise do Discurso (de vertente francesa), inspirada, segundo CAIRUS (2018) no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu.

eugenista quanto seu próprio autor. Lobato, sua obra e seu eugenismo foram reintegrados e laureados pelo mesmo (e outro) Getúlio Vargas, agora eleito e aclamado, e não é pequeno seu lugar, mesmo que ambíguo, na constituição de um pacto conciliatório estruturador de um novo projeto de identidade nacional.

Se Lobato é cuidadosamente reciclado pelo tropicalismo, a despeito de sua animosidade contra o Modernismo, o mesmo não se pode dizer de Paulo Prado. Isso porque a estratégia instrumentalizadora para esse último foi a mais perniciosa: ele se sentou nos bancos escolares dos segmentos mais altos da formação escolar mínima, garantindo seu lugar como fala sapiencial no coroamento das disciplinas de Moral e Cívica (do então Ginásio e, logo depois, “Primeiro Grau”), Organização Social e Política do Brasil (do então científico e clássico e, logo depois, “Segundo Grau”) e Estudos dos Problemas Brasileiros (do ensino universitário em todos os níveis). Em meio a essas disciplinas improvisadas e bolorentas, vagava o umbroso vulto de Paulo Prado e das ideias que defendia.

2. Piso e o primeiro Brasil brasileiro

Em seus livros, Guilherme Piso organiza estudos oriundos de sua expedição científica enquanto chefe médico de João Maurício de Nassau, conde holandês que se instalou no Nordeste brasileiro a convite da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, para administrar a região. O autor evoca Plínio, o Velho² no que se refere não apenas ao título de sua obra, mas ao fim que essa recebeu, de modo que foi um presente para o conde, ao passo que Plínio, o velho dedica sua enciclopédia a Tito.

Piso aplica o tratado hipocrático *Ares, Águas e Lugares*, um guia para a apreciação médica da Ásia, à sua viagem às Índias Ocidentais. O grande interesse nesse paralelo – paralelo, de resto, construído pelo próprio Piso – não é somente relativo à aplicação de um método, mas sobretudo à projeção ontológica da Ásia no Brasil, criando um parâmetro de inteligibilidade para aqueles que, pela formação médica e talvez via Celso e Galeno, dominassem o instrumental mental legado por essa parcela da tradição clássica. O Livro primeiro de Piso, homônimo ao da obra hipocrática, demonstra a intenção do autor em basear sua obra no tratado:

Não se pode inventar mais adequada norma para ordenar ou instituir a Medicina, entre gentes remotas, do que a transmitida por Hipócrates, o melhor autor de tudo o que há de bom nesta arte, no início do livro Sobre o Ar, as Águas, e os Lugares. (PISO, 1957, p.29)

O tratado hipocrático *Ares, águas e lugares*, por sua vez, demonstra – ‘demonstra’ por causa de seu caráter epidíctico – que as características (τὰ ἤθη) de um povo são determinadas, pelo menos até certo ponto, pelo clima. Piso segue essa ideia, iniciando o “Livro Primeiro” com trechos em que o tratado expõe os principais pontos que devem ser estudados para que se possa explicar os traços físicos e o caráter do indivíduo, como as estações do ano, os ventos, e a qualidade da água.

Para estudar o ambiente, Piso se volta principalmente para o palácio em que o conde Maurício de Nassau se instala, o que era comum entre os governantes da época, costumeiramente interpretado como uma representação do paraíso, uma vez que, tal como no Éden, ter-se-ia ali tudo o que fosse necessário para a vida plena e harmoniosa. Nesse local eram cultivadas espécies de plantas nativas, assim como outras que eram recebidas da

² Autor romano do I século d.C., que compôs a maior obra enciclopédica *Historia naturalis*.

Universidade de Leiden, a qual tinha um vínculo intelectual com o naturalista, de modo que mandava plantas para que Piso estudasse sua adaptação no Brasil. Sua obra, portanto, foi gerada, principalmente, a partir da observação de espécies de animais e plantas no palácio do conde.

A pesquisa, portanto, transita ao sabor da economia simbólica que se opera entre os textos de “Hipócrates”, Piso e Freyre. Piso, nessa relação triangulada, gira o eixo semiótico sobre o vértice dos significados que, em “Hipócrates” repousam sobre o significante “asiáticos”, e, em Piso sobre os “brasileiros”. Gilberto Freyre, por sua vez, detectou esse deslocamento, interessando-lhe, naturalmente, a contribuição de Piso para a construção do imaginário da indolência cordial brasileira, que pode ser evidenciada no trecho em que aborda o repouso que estimula a preguiça, assim como o exercício como motivador do trabalho:

Gostam do ócio e evitam os grandes trabalhos, vivendo tranquilamente cada dia. Julgo, com Hipócrates, ser razão disso que o mesmo aspecto das cousas e dos tempos, que se mantêm uniformes, gera a indolência e a variedade excita o espírito e o corpo aos trabalhos. E, até, com o ócio e o repouso cresce a preguiça; com o exercício, porém, alimenta-se o vigor da mente e do espírito. (PISO, 1957, p.51)

Ainda sobre suas ponderações relacionadas à indolência, o naturalista propõe uma distinção no que diz respeito aos habitantes, a qual é construída a partir, principalmente, das diferenças topológicas, utilizando os termos *Mediterranei* e *maris accolae*. O primeiro, traduzido por Mário Lobo Leal como "gentios do sertão", expressa a ideia de região situada no interior em relação ao litoral, de acordo com dicionários de latim. Ou seja, os nativos que se encontram distantes do mar, embora fossem *mergulhadores tão valentes* (1957:53), têm características influenciadas pelo lugar em que vivem. Em contrapartida, os "habitantes da beira-mar" são vistos como mais dóceis devido à sua proximidade do litoral. Tendo em vista a diferenciação proposta por Piso, observa-se uma justificativa baseada na natureza:

Os habitantes da beira-mar, que conosco guerreiam, não são muito selvagens nos costumes, nem altos de corpo, e os homens são recíprocamente semelhantes, e as mulheres às mulheres, pois, sujeitos a poucas variações anuais, também recebem menos falhas no sêmen e em sua formação. As mais vêzes, assim como se vê mudarem-se as instituições e costumes dos homens, assim também a sua natureza, conforme a diversa constituição do país. (PISO, 1957, p.49)

A questão geográfica se insere nesse contexto, para o naturalista, como agente fulcral da *socordia* – traduzida por Mário Lobo Leal como "indolência" – , isto é, devido ao distanciamento do litoral e, conseqüentemente, proximidade do *desertus*, os sertanejos de Piso eram menos afetados pelo ócio do que os habitantes da beira-mar, que em suas palavras "*Otium amant, magnosque labores declinant, fecure et in diem viventes*" [Gostam do ócio e evitam os grandes trabalhos, vivendo tranquilamente cada dia] (1957:51).

Além dessa perspectiva, o holandês apresenta uma ideia acerca das sociedades, segundo a qual, por conviverem com os lusitanos – que tinham como missão assegurar a expansão da fé – e, de certa forma, aceitarem o cristianismo, os habitantes da beira-mar são mais civilizados do que os gentios do sertão, que não eram passivos à evangelização imposta pelos portugueses, caracterizados como "fortes, truculentos e sem lei". Tais traços atribuídos aos sertanejos demonstram certa ideia de barbárie, bem como de um perfil selvagem, ao passo que o naturalista utiliza ambas as palavras para caracterizá-los. Piso argumenta a favor da alteridade dos já chamados brasileiros, portanto, de duas maneiras: alegando a proximidade do mar e o contato com os civilizados.

Assim como faz ao comparar europeus e brasileiros – analogia à comparação presente em *Ares, Águas e Lugares* do *Corpus hippocraticum* que contrasta asiáticos e europeus –, Piso também propõe uma diferenciação entre os nativos como vimos anteriormente, denominada por Henrique Cairus como “alteridade interna”, entendida a partir da variedade de brasileiros. O tratadista de *ALL*, inclusive, utiliza essa comparação entre os asiáticos, demonstrando que, de acordo com Cairus “precisa ser entendida em suas particularidades, que são delineadas mais pelo νόμος do que propriamente pela natureza.”

Segundo o tratado, na tradução de Tatiana Ribeiro e Henrique Cairus: “Encontrarás também asiáticos diferentes entre si, alguns melhores, outros pusilânimes. As causas disso são as mudanças das estações” (XVI,5).

Para Piso há degeneração dos homens devido ao cruzamento de raças, pois, misturando-se, perdem sua índole nativa. Algo análogo ocorre com os vegetais, ainda segundo Piso, pois, a transposição espacial também os degenera, ainda que essa degenerescência não dependa da mistura. Em ambos os casos, a degenerescência se ata a questões climáticas: nos vegetais de forma mais direta; nos homens, de forma menos direta, mediada pela mistura racial e pelo tempo cronológico, conforme a tese hipocrática do *AAL*.

O historiador italiano Antonello Gerbi (1998) reuniu, em sua obra *O Novo Mundo – História de uma polêmica (1750 – 1900)*, ideias acerca do continente “recém-descoberto”, que abarca, em grande parte, questões relativas à degeneração da natureza nesta nova terra. Gerbi assinala que não poucos descritores, viajantes ou não, entenderam o Novo Mundo como um continente (danosamente) úmido, por ter sido o último a emergir após o Dilúvio.

Para os pósteros (não necessariamente epígonos) de Guilherme Piso, a inferioridade do Novo Mundo é atribuída à degenerescência. Em Buffon, autor referencial do século XVIII, a natureza americana é apresentada como débil, característica de um continente úmido, em que o homem negligencia a terra e se volta para as áreas aquáticas, além de ser considerado um animal como os outros, sem controle da natureza. Gerbi (1998) sintetiza, assim, a visão do naturalista:

(...) a natureza americana é débil porque o homem não a dominou e o homem não a dominou devido a ser, por seu turno, inerte no amor e assemelhado aos animais de sangue frio, mais próximo da natureza aquática e putrefata do Continente.

Em Piso, *História Natural* é, a um só tempo, um sintagma cristalizado que denota uma disciplina em formação pelo menos desde Plínio, o Velho, e uma *História*, ao modo de Heródoto, qualificada pelo epíteto “natural”, que assinala no fazer historiográfico um protagonismo da natureza. De fato, o naturalista introduz sua dedicatória ao conde Maurício de Nassau com um comentário acerca da *História Natural*, atribuindo seu papel ilustre nas ciências, bem como a influência de Plínio, o velho nesse gênero:

É a *História Natural* matéria muito nobre, pois está compreendida nos mesmos limites que este universo. Nisto, julgo residir a grandeza da obra que aos seus ombros impõem os que empreendem descrevê-la à posteridade. Fê-lo outrora, e com tão feliz quão estupenda ousadia, Plínio o velho. (PISO, 1957, p.3)

Nesse aspecto, a *História Natural* seria um termo utilizado para designar o estudo de disciplinas científicas distintas, assim como fez Plínio, o velho ao incluir diversos temas em sua obra, essa que teria sido precursora nesse campo.

Em sua saudação ao leitor, Piso registra as dificuldades de seu projeto, bem como transversalmente ocupa o lugar de historiador, para elucidar algumas questões que norteiam sua obra. Dessa forma, o naturalista demonstra a necessidade de uma responsabilidade acerca dos feitos, tendo em vista que, em muitos casos, o historiador tende a incluir o que não faz

parte desses. Por esse prisma, pode-se notar – acompanhando referências textuais claras, conquanto implícitas, à *Apódexis* herodotiana – que há, na saudação de Piso, reverberações do próêmio de Heródoto. Além desses trechos, Piso declara um interesse pelo assunto não apenas pela falta de exploração acerca desse, mas também pelo o que podemos chamar de κλέος, ou seja, pelo interesse de uma notoriedade devido ao mérito adquirido por seu estudo. Tal declaração nos remete novamente a um ponto herodotiano, em que esse representaria a atribuição do valor por meio da garantia do κλέος.

A inferioridade peculiar do homem do trópico tem, como foi visto, duas raízes no ideário dos viajantes – sobretudo dos holandeses – do século XVII, a saber, a miscigenação e a degenerência. Essas raízes da inferioridade, por sua vez, estão alicerçadas em uma construção discursiva muito sólida e legitimada pelas inquestionáveis autoridades do saber institucional recolhidas sob o nome de “história”, quando se ocupavam da realidade, e sob o título de “filosofia”, quando tematizavam a verdade. No vértice, figurava Aristóteles, soberanamente, mas não solitário. Fazia-se ladear por certo Hipócrates, como vimos, um “Hipócrates” que consistia num significante que chancelava determinada coleção de textos médicos da Antiguidade que serviram, alguns deles, como legitimadores do próprio Aristóteles.

Assim ocorre com o tratado *Ares, águas e lugares*, por exemplo, que postula certos ditames do ambiente sobre o corpo e que serviu de guia prático e teórico a viajantes holandeses, como Guilherme Piso.

O Livro Primeiro da obra de Piso inicia com inequívoca referência ao tratado hipocrático *Ares, águas e lugares*, do qual, inclusive, toma o próprio título. Tal início parece, à primeira vista, uma forma de legitimar as informações que apresenta em seguida, reafirmando a necessidade de conhecimento do clima – os ventos, as águas, o solo –, bem como do modo de viver dos homens. Entretanto, para além de um instrumento de legitimação, o tratado é situado como um método para a construção da sua visão acerca das Índias Ocidentais, em especial do Brasil. Para o arquitra holandês, os saberes explicitados, sendo todos ou a maior parte deles, são imprescindíveis para que um visitante de uma cidade desconhecida não ignore as doenças do lugar e preserve-se, reconhecendo, conseqüentemente, a cura para elas.

Ao descrever a extinção e o surgimento das doenças, Guilherme Piso, como foi dito, evoca a autoridade de Hipócrates, filia-se a uma tradição acadêmica que reconhece essa via

de legitimação. Piso segue os passos do texto hipocrático, produzindo um texto que o toma também por modelo. Assim, sua patogênese tem etiologias relacionadas às mudanças nas estações (sobre quão bruscas ou moderadas), aos costumes, ao que acrescenta e dá especial ênfase, ao que chama de cruzamento de raças, descrevendo, nomeando e caracterizando as miscigenações como verdadeira degeneração:

Assim os europeus, coabitando com mulheres americanas, geram Mamelucos; com etiopisas, Mulatos; e os americanos, fazendo-o com as negras africanas, os denominados Cabocles. [...] Como se não só degenerassem os vegetais e animais transplantados, mas também os povos levados para outras regiões e misturados a nações estrangeiras perdessem a índole nativa, tal como os rios que, entrando no mar salgado, perdem a doçura própria das águas. (1957:72)

Miscigenação e degeneração aos poucos foram se mesclando, e a inferioridade autóctone foi paulatinamente sendo agravada pela maculação da pureza de uma “genética” não só europeia, mas também autóctone. A genética autóctone sofrera um prejuízo que pode ser explicado pela teoria da pangenética hipocrática, presente nos tratados *AAL* e *MS*, provavelmente do mesmo autor.

A pangenética é explicitada no tratado *Da geração*: “Quanto à própria semente, tanto da mulher quanto do homem, ela sai de todo o corpo, das partes fracas, vem fraca; das fortes, forte.” (*Da geração*, 2Litré). Mas é no *AAL* que se acrescenta à tese a ideia de que νόμος pode interferir na φύσις através da hereditariedade. O ‘lamarckismo’ do episódio dos macrocéfalos consiste no liame entre o νόμος e a φύσις por uma via *sui generis*, a da transformação de fenótipos em genótipos, e a transmissão destes através da pangenética.

Para observar essa relação, os dois tratados partem do mesmo ponto, da pangenética, da crença que cada semente (γόνοϲ) provém de uma parte do corpo. Segundo os tratados “A semente provém de todas as partes do corpo, das partes sãs ela vem sã, das partes doente, doente”.

Esses tratados, ladeados pelas *Histórias* de Heródoto, servirão de uma espécie *vade mecum* para uma hermenêutica dos povos outros, dos novos bárbaros ou dos bárbaros do Novo Mundo. O comércio entre a natureza da terra, com seus ares, águas e lugares, e a natureza do homem tem uma passagem fundamental pela tese da pangenética. A natureza da terra, que os editores de Piso fizeram grafar com “N” maiúsculo, bem como os costumes (em Heródoto, os νόμοι), adentram a natureza do homem e fazem-no gerar γόνοι que transmitam sua herança adquirida, ainda que essa transmissão não resista a muitas gerações. Pela teoria

da pangenética, conforme a detalha o *AAL* (XIV) a compleição prevalece, no sistema de longa duração, sobre o costume, mas não na curta duração.

Piso, por sua vez, esbarra nessa teoria devido à ideia de que os nativos brasileiros possuem maior proximidade com os recursos naturais, ou seja, têm facilidade, por exemplo, para obter alimentos, algo que faz lembrar, em certo ponto, um ambiente edênico. Nesse sentido, o homem agraciado pela natureza da terra não necessita de demasiado, tampouco de algum esforço em seus feitos habituais, o que o torna naturalmente menos vigoroso.

3. Gilberto Freyre *versus* Paulo Prado: antípodas da miscigenação

De Guilherme Piso, no século XVII, aos cientistas brasileiros, no final do século XIX, a mestiçagem presente de forma tão peculiar no Brasil se manteve como o ponto crucial nas discussões sobre as questões raciais, bem como na construção de uma identidade nacional. A abolição da escravidão trouxe consigo tal debate de modo ainda mais imprescindível, tendo em vista, como pontua Schwarcz (1993) que “Para além dos problemas mais prementes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania”.

A mestiçagem entendida a princípio como degeneração das raças é atribuída ao povo brasileiro de modos extremos: ora como uma característica exclusiva, mas que poderia ser suavizada a partir do embranquecimento da população, ora como um traço que previa o fracasso da sociedade nacional. É certo que a primeira perspectiva vigorou entre os intelectuais da época, assim como entre os estudiosos do início do século XX, que não viam a miscigenação de modo negativo, principalmente pelo desejo de se afastarem de uma ideia de insucesso relacionada ao futuro da nação.

Com a urgência de compreender a formação de uma sociedade que ainda enfrentava os estigmas da miscigenação e de um destino incerto, muitos foram os intelectuais que escreveram ensaios sobre a identidade nacional, utilizando como pano de fundo o período colonial. O olhar para o Brasil Colônia era um empreendimento que poderia responder às perguntas relacionadas aos problemas sociais vividos nas primeiras décadas do século XX, além de proporcionar uma nova visão acerca do que estava por vir.

Dessa forma, propõe-se aqui uma reflexão a partir do contraste entre duas perspectivas antagônicas relacionadas à mestiçagem brasileira a partir dos ensaios *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928) de Paulo Prado e *Casa-grande e senzala* (1933) de Gilberto Freyre. O interesse em observar ambos os pontos de vista dá-se não apenas por serem opostos, mas pela forma como os ensaístas constroem suas interpretações sobre o povo brasileiro, além da contemporaneidade de suas obras.

Paulo Prado, mentor da Semana de Arte Moderna, retrata o atraso da nação – tanto no aspecto social, como no econômico – que está relacionado, principalmente, a dois pontos: o erotismo que configurou a relação entre as três raças e a cobiça que estava associada

sobretudo ao ouro. Tais aspectos estão presentes de forma recorrente nos capítulos deste ensaio, dividido em: I- A Luxúria; II- A Cobiça; III- A tristeza; IV- O Romantismo; e por fim, um Post-scriptum. Assim, já no início do primeiro capítulo, expõe:

Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram. O esplêndido dinamismo dessa gente rude obedecia a dois grandes impulsos que dominam a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a Renascença fizera suscitar. (PRADO, 1928, P.17)

Como fica claro desde o subtítulo de seu livro, a tristeza brasileira é proveniente destes dois vícios: a cupidez e a lascívia. Sobre esse último, o autor revela ser ele fruto de “três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana”. E não abordarei neste momento a retórica de desculpabilização do colonizador; algo evidente e que será minuciado adiante. Proponho, primeiramente, a discussão sobre outro grave problema, a saber, o determinismo climático, já indicado nos textos do século XVII produzidos por naturalistas neerlandeses, como Piso.

Decerto, o clima foi um fator muito debatido ao longo dos séculos, tanto por viajantes, como por intelectuais contemporâneos a Prado, além do próprio Freyre, que o viam como propício para a indolência, além de verem ali os motivos para a dificuldade com que os povos estrangeiros lidavam com a adaptação aos trópicos. Para Paulo Prado, não só devido à influência climática, mas também ao contato com o elemento indígena, o homem português tornou-se outro:

Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado – e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem – eram um convite à vida solta e infrene em que tudo era permitido. (PRADO, 1981, p. 32)

Assim, a “ardência do clima” apontada por Prado, junto à sensualidade do índio, constituíram um ambiente favorável para a degeneração do português no que diz respeito a sua vida sexual, visto que se tornou comum o que o autor chama de “erotismo exagerado” nas relações entre as duas raças – a branca e a indígena – e, posteriormente, também a negra. Não só por uma questão de sexualidade aguçada, mas também pela necessidade de que a terra

recém descoberta fosse povoada, cada vez mais tais misturas raciais seriam comuns, de forma que a mestiçagem fez-se habitual desde o início da colonização portuguesa. Desse modo, é a lascívia, relacionada, em parte, ao clima, que moldará um novo tipo racial:

A concubinação tornou-se uma regra geral, trazendo como resultado a implantação da mestiçagem na constituição dos tipos autóctones que povoaram desde logo esta parte do Novo Mundo. O clima, o homem livre na solidão, o índio sensual encorajaram e multiplicaram as uniões de pura animalidade. (PRADO, 1981, p.31)

A mestiçagem, delineada por uma ideia de degeneração ao longo do ensaio, é apresentada como um revés, em que, apesar de o negro “não ser um inimigo”, o cruzamento entre ele e o branco resultam em um problema biológico. Embora Paulo Prado aponte, também, que todas as raças “parecem socialmente iguais”, destaca que o negro representa uma raça inferior no que diz respeito ao desenvolvimento entre os civilizados. Ao propor uma reflexão sobre a mistura racial e seu caráter negativo, evidencia ser ainda difícil prever o resultado desse cruzamento ao longo dos anos. Entretanto, indica que ocorre uma arianização no Brasil, de modo que esta “eliminou as diferenças somáticas e psíquicas: não se sabe mais quem é branco ou preto”.

Ainda relativo à mestiçagem como resultado das relações entre negros e brancos, Prado enfatiza que “Os escravos eram terríveis elementos de corrupção no seio das famílias”, em que é o escravo que insere o colonizador em uma esfera de “erotismo exagerado”. Assim, como ocorreu na substituição da mão de obra indígena – que não se mostrava apropriada para o trabalho pesado –, a mulher negra ocupa o lugar da mulher indígena no que tange à sedução dos homens brancos, nesse ponto, Paulo Prado destaca que: “Assim como o laço negro substituiu o trabalho indígena, sensivelmente inferior ao africano, do mesmo modo a negra, mais afetuosa e submissa, tomou no gineceu do colono o lugar da índia.” (1981, p.135) Portanto, ambas são apontadas como um elemento de depravação que seria crucial para a formação de “nossas populações primitivas”.

Acerca da população mestiça, Paulo Prado pontua que podem “oferecer exemplares notáveis de inteligência, de cultura, de valor moral”, que, no entanto, possuem “fraqueza física, organismos tão indefesos contra a doença e os vícios, que é uma interrogação natural indagar se esse estado de coisas não provém do intenso cruzamento das raças e sub-raças”. Ao apontar a fraqueza física, o autor de *Retrato do Brasil* adiciona uma nota de rodapé na

qual confere a Guilherme Piso a observação de que a mistura dos três tipos raciais gera novas doenças ou modifica as já conhecidas pelos médicos. A nota contém uma ligeira imprecisão que denuncia uma muito provável leitura indireta da obra do naturalista holandês: “Piso, no século XVI, já observava que a mescla das três raças, europeia, americana, africana, tinha produzido novas doenças, ou as conhecidas tão modificadas que eram verdadeiros enigmas para os médicos.” (1981, p. 138)

Em 1933, Gilberto Freyre publica *Casa-grande e senzala*, e, entre o público leitor, a melancolia com a qual Paulo Prado caracteriza o povo brasileiro dá lugar a um olhar menos pessimista em relação ao destino de uma Nação construída a partir da monocultura latifundiária, da escravidão e da mestiçagem dos tempos coloniais. Para Freyre, é a monocultura que protagoniza os problemas sociais:

Ligam-se à monocultura latifundiária males profundos que têm comprometido, através de gerações, a robustez e a eficiência da população brasileira, cuja saúde instável, incerta capacidade de trabalho, apatia, perturbações de crescimento, tantas vezes são atribuídas à miscigenação. (FREYRE, 1933, p. 33)

“A miscigenação”, para Freyre, “corrigiu a distância social que de outro modo teria se conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e (2003, p.33). Tal postura difere notoriamente do caráter degenerado que Paulo Prado atribui à mestiçagem. É certo que a sexualidade ou a libido também é tratada na obra de 1933, mas, apesar disso, as mulheres indígenas e as mulheres africanas não possuem o único papel de corromper os homens brancos, como em *Retrato do Brasil*. Em relação à miscigenação, Freyre destaca que a união entre as raças se deu, principalmente, devido à escassez de mulheres brancas no início da colonização (2003, p.33), tendo em vista que inicialmente eram os aventureiros que vinham para o Brasil, bem como criminosos, homens que queriam viver livres e o que o autor denomina como “superexcitados sexuais”. A ausência de mulheres brancas no início da colonização também aparece no ensaio de Paulo Prado como um fator facilitador para a mestiçagem:

Havia, porém, a falta completa de mulheres brancas. Das diferentes expedições que percorreram o primeiro quartel do século XVI o litoral da colônia, em nenhuma se assinala a presença de casais ou de mulheres solteiras. Este fato, que se verifica também em algumas regiões do Prata, dá uma feição especial à conquista de povoamento no Brasil. A concubinação tornou-se uma regra geral, trazendo como resultado a implantação da

mestiçagem na constituição dos tipos autóctones desde logo esta parte do Novo Mundo. (1981, p. 30-31)

Freyre responsabiliza o sistema econômico no que tange ao exacerbado erotismo vivenciado por esses povos, além de apontar que não se deve atribuir ao negro o que é uma consequência da escravidão. Enquanto, para Paulo Prado, o escravizado, principalmente a mulher africana escravizada, é um elemento de corrupção no seio da família; em *Casa-grande e senzala*, isso se deve ao interesse dos brancos em procriar. Freyre lida da mesma forma com a inferioridade atribuída ao africano, apresentando diversas observações de então renomados estudiosos sobre o assunto, que demonstram não haver nenhuma prova de inferioridade, apesar de diferenças evidentes entre brancos e negros. Nesse sentido, refuta ideias da antropologia física em relação à suposta desproporção nos tamanhos de crânios e peso dos cérebros de brancos e negros: “O que se sabe das diferenças da estrutura entre os crânios de brancos e negros não permite generalizações. Já houve quem observasse o fato de que alguns homens notáveis têm sido indivíduos de crânio pequeno, e autênticos idiotas, donos de crânios enormes”. (FREYRE, 2003, p. 378)

O sociólogo apresenta, também, os aspectos negativos relacionados à mistura de raças, mas notoriamente de modo diferente de como Prado constrói sua tese. Nesse sentido, Freyre deixa clara a questão de poder que envolve a relação entre colonizador e as mulheres - as indígenas e as africanas - em que:

Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essas bases.

Por outro lado, Freyre aborda a questão da sífilização. Sabe-se que os portugueses, bem como outros europeus que pisaram em terra tupiniquim, trouxeram consigo essa doença (entre muitas outras) e que, conseqüentemente, tal enfermidade se alastrou rapidamente entre os indígenas e africanos escravizados. O sociólogo aponta, inclusive, que em determinado momento, já era comum que os rapazes possuíssem as marcas deixadas pela sífilis como forma de ostentação da sexualidade.

Enquanto para Paulo Prado, como dito anteriormente, os mestiços apresentavam fraqueza física, apesar de existirem bons frutos do amalgamento racial, para Freyre a sífilis,

junto à miscigenação, foi um elemento formador do brasileiro, responsável por complicações fisiológicas que muitos na época – como Prado – atribuíam à mestiçagem:

De todas as influências sociais, talvez a sífilis tenha sido, depois da má nutrição, a mais deformadora plástica e a mais depauperadora da energia econômica do mestiço brasileiro. Sua ação começou ao mesmo tempo que a da miscigenação; vem, segundo parece, das primeiras uniões de europeus, desgarrados à-toa pelas nossas praias, com as índias que iam elas próprias oferecer-se ao amplexo sexual dos brancos. (FREYRE, 2003, p. 110)

O autor retoma essa problemática e culpabiliza o branco pela sifilização nas senzalas, visto que são eles os portadores do que Freyre chama de “o grande mal venéreo”. Dessa forma, vem da raça que, segundo ele, foi considerada “superior” o problema que degradou, inicialmente, o povo brasileiro, devido à ânsia de procriação, bem como pelo simples desejo de satisfazer-se sexualmente:

Não era o negro, portanto, o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptosa dos senhores. Não era a “raça inferior” a fonte de corrupção, mas o abuso de uma raça por outra. Abuso que implicava conformar-se a servil com os apetites da toda-poderosa. (FREYRE, 2003, p. 402)

A lascívia já ocupava um lugar destacado na obra de holandeses do século XVII. Gaspar Barléu, apesar de não ter vindo ao Brasil com a corte de Nassau, escreveu a obra intitulada *Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum, Sub Praefectura Illustrissimi Comitis I. Mauritii, Nassoviae, &c. Comitis, Nunc Vesaliae Gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. Sub Avriaco Ductoris, Historia* (“História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil e Noutras Partes sob o Governo de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange”), publicada em 1647 por encomenda do príncipe Maurício de Nassau. Sérgio Buarque de Hollanda, por sua vez, em seu *Raízes do Brasil* (1936), ressalta que “já em 1641, a zona do porto de Recife constituía, para alguns calvinistas, verdadeiro ‘antro de perdição’.” (p.74) Na nota que está relacionada a esse trecho, o autor cita um comentário presente na obra de Barléu que alude ao pensamento comum à Europa (*Ultra aequinoxialem non peccari*): “Como se a linha que divide o mundo em dois hemisférios também separasse a virtude do vício”. (CAIRUS, p. 35, 2021)

A frase de Barléu novamente ganha espaço no cenário intelectual brasileiro. Em 1973, Chico Buarque e o moçambicano Ruy Guerra lançam a peça *Calabar: Elogio à traição*. Imediatamente, a peça foi proibida, devido à censura do Regime Militar e liberada somente 6 anos depois. Fazia parte dela a canção *Não existe pecado ao sul do Equador*, uma referência clara ao trecho da obra do puritano holandês que foi apresentado ao Chico Buarque pelo pai, o próprio Sérgio Buarque, que a comenta na sua obra monumental *Raízes do Brasil* (1936).

Na peça de Chico Buarque e Ruy Guerra, entrecruzam-se tempos e espaços: a Revolução dos Cravos em Portugal traz uma brisa de esperança aos que lutavam, no Brasil e na África, contra uma opressão que já não sabia esconder-se. A peça usa a controversa figura de Domingos Fernandes Calabar, herói e traidor pernambucano, aparentemente mais comprometido com uma causa (ou consigo mesmo) do que com quaisquer interesses europeus, como explicitado adiante. Chico Buarque e Ruy Guerra evocam essa fidelidade à causa, em detrimento da lealdade a um estado, para suscitar nos espíritos dotados de um patriotismo naif um ímpeto revolucionário. É verdade, que uma eventualidade prejudicou um pouco o projeto: a peça vem a público precisamente quando o ardiloso plano de infiltração protagonizado pelo cabo Anselmo é descoberto pelas lideranças da esquerda, e, assim, aqui e ali, o Calabar da peça foi lido como uma referência a esse episódio, ainda que tal referência fosse, por questão de um ano, impossível.

Assim, a lascívia é tida como uma característica desta parte do Novo Mundo que, desprovido das normas rígidas da Igreja, era um território fértil para a luxúria, em que nos versos da música a “cafuzo” se funde às comidas típicas:

Deixa a tristeza pra lá, vem comer, me jantar
Sarapatel, caruru, tucupi, tacacá.
Vê se me usa, me abusa, lambusa,
Que a tua cafusa
Não pode esperar.

Em *Fado tropical* (1973), outra canção que integra a peça, Ruy Guerra declama versos em que a palavra “sífilis” foi mecanicamente suprimida da letra original no disco:

Sabes, no fundo eu sou um sentimental
Todos nós herdamos no sangue lusitano
Uma boa dosagem de lirismo.

Além da [sífilis]³, é claro.

Dessa forma, como apontado anteriormente, a sífilis possui um lugar significativo na formação do brasileiro, e não deixa de figurar na música que, diante do regime militar brasileiro, bem como da ditadura salazarista, constitui uma crítica em torno do período colonial.

Domingos Fernandes Calabar, a quem a peça de Chico Buarque e Ruy Guerra alude por meio também dos personagens com quem ele teve contato, foi um mestiço que divide opiniões sobre sua composição racial: mulato ou mameluco, filho de uma negra ou de “negra da terra” e de um português. Mesmo essa oscilação na sua descrição étnica reivindicam, ali, uma certa brasilidade muito afeita, aliás, aos ideais tropicalistas. A traição a que se refere o título está relacionada ao período de disputa entre Portugal e Holanda pelas terras de Pernambuco, uma disputa movida principalmente pelo interesse na monocultura do açúcar. Em 1630, servindo aos portugueses, Calabar os auxiliou no impasse contra os neerlandeses, entretanto, em 1632, essa figura controversa muda de lado. De acordo com as crônicas da época, fica claro que suas motivações são, no mínimo, nebulosas, e, por isso, a reputação de traidor que lhe recaiu não encontrou terreno completamente propício: Segundo Ribeiro (2013, p.67), Frei Calado, por exemplo, pontuou que Calabar poderia ter mudado de lado devido ao medo das consequências referentes aos saques que realizou na fazenda do rei, já Francisco de Brito Freyre, ainda segundo Ribeiro (*loc.cit.*) dá à história para um contorno racial, como se, por ser um mestiço, Calabar não fosse bem aceito pelos portugueses, vendo na aliança com os holandeses uma forma de ascensão social e financeira.

³ A palavra, contudo, figuraria no livro. A censura, portanto, apagou a palavra somente do disco, em que, de resto, pode ser claramente suposta.

4. Conclusão

Esta monografia está entrelaçada com o Projeto com o qual me candidatei ao Curso de Mestrado, sendo ela própria um prolegômeno à pesquisa a ser desenvolvida. Na parte da pesquisa que esta Monografia introduz, busquei tecer considerações preliminares sobre os sistemas axiológicos relacionados à miscigenação em obras que a defendem e naquelas que dão a ela lugar etiológico das mazelas civilizatórias atribuídas ao Brasil.

Para esses segundos, entre os quais destaquei, nesta monografia autores como Paulo Prado, não deixaram de haver aqueles que encontraram no pensamento Guilherme Piso uma voz legitimadora ou fiadora de um discurso que transita entre o preconceito considerado hoje estrutural e a eugenia, que, inclusive, já teve seus momentos de instituição oficializada.

Em *Menino de engenho* (1932) – publicado um ano antes de *Casa-grande e senzala* e quatro anos após *Retrato do Brasil* – de José Lins do Rego, as ideias que caminhavam próximas aos escritos de Prado delineiam a vida do personagem Carlinhos. O menino da cidade, tendo vivenciado uma criação que se contrasta com os hábitos do engenho, é corrompido ao lidar com as negras luxuriosas que o inserem na vida sexual. Esse outro elemento da formação brasileira – a lascívia –, bem como uma espécie de consequência dele – as doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a sífilis – são ubíquos nos ensaístas aqui estudados, especialmente em Freyre, a quem, de resto, é dedicado o próprio *Menino do engenho*. A miscigenação, considerada como infortúnio ou triunfo, raramente abandona seu lugar etiológico do caráter do homem brasileiro. A falta de caráter de Macunaíma não é, evidentemente, uma ausência de caráter, mas o marco da constituição de uma forma de ser que, reafirmando os vícios apontados pelos europeus de outrora, o revestem de novo dourado. “Viva a preguiça!”.

Macunaíma não está, nem poderia estar sozinho como defensor desse novo caráter acompanhado da preposição “sem”, que, aqui, como foi dito, diz respeito mais a um não reconhecimento do que a uma ausência. Macunaíma não está sozinho,

porque ele vem acompanhado de Gilberto Freyre e traz consigo todo o Modernismo, e este, consigo, todo o Tropicalismo: “Viva palhoçaçá!” “Viva mulatatá!”.

BIBLIOGRAFIA

- BARLAEUS, Caspar. *Historia rerum per octennium in Brasilia et alibi gestarum*. Amsterdam: Officina Tobia Gilberling, 1660 [1647].
- BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes*. Trad. Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1960.
- BUARQUE, Chico, GUERRA, Ruy. Calabar: o elogio da traição. 24ªed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.
- BURKE, Peter; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Repensando os trópicos: Um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Unesp, 2008.
- CAIRUS, Henrique. *Hippocratis A natureza degenerante: o Brasil de Hipócrates*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021.
- CAIRUS, Henrique. *Verdade e realidade na historiografia antiga*. Organon, Porto Alegre, no 49, julho-dezembro, 2010, p.59 – 68.
- CAIRUS, Henrique; RIBEIRO, Tatiana. *Alguns olhares gregos sobre as estações do ano: A temporalidade e o etnocentrismo*. Rio de Janeiro: Revista interfaces, 2015, p. 13-28.
- CAIRUS, Henrique; RIBEIRO JR., Wilson. *Textos Hipocráticos O Doente, O Médico e A Doença*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- FERNANDEZ de OVIEDO, Gonzalo. *Sumario de historia natural de las Indias*. Barcelona: Linkgua Ediciones, 2008 [1526].
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.
- GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica: 1750-1900*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1955].
- GESTEIRA, Heloísa. “O Recife holandês: história natural e colonização neerlandesa (1624-1654)”. Rio de Janeiro: Revista da Sbh, 2004, p. 6-21.
- GIL, Gilson. *Gilberto Freyre versus Paulo Prado: A questão da identidade nacional brasileira*. Revista Ciência & Trópico, Recife, v. 22, n. 2, p. 211-220, Jul./Dez., 1994.
- HANKE, Lewis. Aristóteles e os índios americanos: um estudo do preconceito de raça no Mundo Moderno (II). **Revista de História**, São Paulo, v. 18, n. 38, p. 307-338, nov. 2015. ISSN 2316-9141. Disponível

em:<<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/107499/105904>>. Acesso em:
02 mar. 2018.

MONTEZ, Luiz Barros. *Relatos de viajantes alemães no Brasil oitocentista como objeto de pesquisa interdisciplinar*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Brasil - UFRJ, como quesito parcial para a promoção ao cargo de Professor Titular de Língua e Literatura Alemãs. 2019.

PISO, Guilherme. *História Natural e Médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.

Guilielmi PISONIS *De Indiae utriusque re naturali et medica Libri quatuordecim*: Amsterdã: Ludovicus et Daniele Elzevirii, 1658.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 2. Ed. São Paulo: IBRASA [Brasília] : INL, 1981.

RIBEIRO, Regina de Carvalho. *Calabar: Um intermediário cultural no Brasil Holandês*. Revista 7 mares, Niterói, n. 13, p. 61-75, out. 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1879-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.